

Da terra ao corpo: lutas e conquistas de gênero

From land to body: gender fighting and conquest

Da tierra ao cuerpo: luchas y conquistas de género

Marcela Boni Evangelista

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do NEHO-USP e do GRUPEG-HIST. E-mail: marcela.boni@gmail.com

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora da UNITAU e pesquisadora do NEHO-USP. E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir a atuação de mulheres em diferentes movimentos sociais contemporâneos no Brasil. A partir de estudos baseados em pressupostos teóricos e metodológicos da história oral buscou-se apresentar diferentes experiências de mulheres militantes no âmbito do MST e dos movimentos de mulheres, com ênfase para os feminismos e organizações de mães de jovens infratores. Por meio de suas narrativas, procurou-se problematizar o estatuto de reprodutoras das mulheres tanto na luta pela terra quanto na luta pelo direito ao corpo.

Palavras-chave: *história oral; gênero; história das mulheres; aborto; maternidade.*

Abstract

This article aims to discuss the role of women in different contemporary social movements in Brazil. Based on studies theoretical and methodological assumptions of oral history, we attempted to present different experiences of militants women within the framework of the MST and the women's movements, with emphasis on feminisms and young offender's mothers organizations. Through their narratives, it was tried to problematize the status of women reproducers both in the struggle for the land and in the struggle for the right to the body.

Key-words: *oral history; gender; history of women; abortion; maternity.*

Palabras-clave: *historia oral; género; historia de las mujeres; aborto; maternidad.*

Introdução

Os movimentos sociais contemporâneos apresentam aspectos que vão dos mais tradicionais a desdobramentos inéditos, envolvendo demandas características dos contextos atuais. A abordagem deste tipo de experiência, por sua vez, pode ser realizada por meio de diferentes frentes e fontes. No entanto, quanto mais atuais são as atividades dos grupos, menos registros são disponibilizados para uma investigação “de fora”. Tal situação imprime desafios particulares para a reflexão acerca da militância na sociedade contemporânea, de maneira que se torna necessário lançar mão de métodos e teorias diferenciadas que permitam acessar o universo ativista destes atores sociais.

A história oral (ALBERTI, 2004; DELGADO, 2010; MEIHY, 2005; MEIHY & HOLANDA, 2010, MEIHY & RIBEIRO, 2011) tem sido recurso apropriado para o estudo de inúmeras realidades sociais, na medida em que permite o acesso aos discursos produzidos no interior dos movimentos organizados por meio da realização de entrevistas com diferentes pessoas que participam diretamente de suas atividades. Neste sentido, para além de registros feitos pela imprensa ou por órgãos oficiais, como a polícia ou mesmo o governo, se torna factível a aproximação de pontos de vista alternativos e provenientes de segmentos que nem sempre são considerados neste cenário cotidiano. Como aponta a pesquisadora Marieta Ferreira:

Quais seriam os pontos comuns entre os projetos testemunhais da atualidade? Um primeiro ponto em comum é a utilização da oralidade como instrumento político para recuperar a memória de massacres. Através do registro de depoimentos orais busca-se oferecer às vítimas a possibilidade de perpetuar as suas memórias. Assim, além de possibilitar a publicidade de uma narrativa que muitas vezes seria obliterada pelos discursos oficiais, tais projetos visam também a uma espécie de catarse social, muitas vezes com o objetivo de obter a pacificação de conflitos imediatos... (FERREIRA, 2006)

Embora aqui não estejamos nos referindo imediatamente a massacres, importa relativizar o estatuto de criminalização de que alguns movimentos são alvo, o que torna ainda mais complexa sua análise. Entende-se que tal leitura precisa ser abordada de maneira cuidadosa e comprometida com a pluralidade que configura discursos, ações e comportamentos.

Este artigo tem como base estudos realizados pelas pesquisadoras Suzana Lopes Salgado Ribeiro e Marcela Boni Evangelista. Em ambos os casos, o recorte adotado transita pelas discussões sobre gênero e a participação das mulheres em diferentes movimentos sociais.

Por meio de entrevistas realizadas em duas pesquisas com mulheres e homens que participaram do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi possível observar elementos que marcam a perspectiva de gênero não apenas quantitativamente, mas em relação à qualidade das atividades desempenhadas por homens e mulheres. Na primeira pesquisa “Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada” (RIBEIRO, 2002) foi possível ver os embates de duas mulheres de uma mesma família – mãe e filha – com seu patriarca. Na segunda, “Tramas e Traumas: identidades em marcha” (RIBEIRO, 2007), ao acompanhar a marcha nacional do MST de 2005 registrou narrativas que mostraram a atenção dada pelo movimento social sobre o posicionamento de mulheres e homens frente a luta pela terra. Trata-se de movimento social que pode ser considerado “tradicional” no Brasil, já que sua origem remonta à década de 1960, mesmo que sua formação específica seja datada da década de 1980 (FERNANDES, 2000). Os desdobramentos do movimento ao longo do tempo foram analisados e, nesta ocasião, pretendemos recuperar os componentes singulares da participação feminina neste movimento social na contemporaneidade. Além disto, entendemos ser importante refletir sobre como este ativismo repercute entre os integrantes homens de diferentes gerações.

Outro núcleo documental do artigo se debruçou sobre o universo múltiplo do movimento de mulheres no Brasil. No trabalho “Padecer no paraíso? Experiências de

mães de jovens em conflito com a lei” (EVANGELISTA, 2015), abordou-se o universo da maternidade adversa de mulheres cujos filhos se viram diante de atos infracionais e foram privados de liberdade em unidades da Fundação Casa de São Paulo. Já na pesquisa “Dilemas da (sobre)vida: o aborto” (EVANGELISTA, 2017), foi possível observar dentre o conjunto de entrevistados segmentos militantes que transitam entre o feminismo e a teologia feminista e, neste sentido, possibilitam a aproximação de um ativismo que envolve mais especificamente a experiência da maternidade e de seu reverso, o aborto.

O que estas pesquisas têm em comum?

Inicialmente, partem de um mesmo aparato teórico e metodológico que é a história oral. Em seguida, abordam, ainda que de maneiras distintas, ativismos contemporâneos, como a luta pela terra e pelos direitos das mulheres. Por fim, o material coletado, mesmo que constitua um conjunto múltiplo de experiências, permite em sua análise diferentes reflexões. A que aqui buscamos desenvolver tem como mote a perspectiva de mulheres que se dedicam a movimentos sociais e, desta forma, são acionadas discussões sobre gênero.

Temos, assim, três recortes de experiências de mulheres que se expressam em ausências de direitos: mulheres sem-terra, mulheres “sem filhos” e mulheres “sem corpo”. O primeiro grupo estaria vinculado a uma demanda mais “geral”, uma vez que sua luta e o movimento onde assentam sua atividade tem como finalidade a conquista de direitos sociais que envolvem o acesso à produção. O segundo grupo estaria ligado a um paradoxo, já que vivemos em uma sociedade que valoriza a maternidade enquanto papel social da mulher. Estas mulheres-mães são ao mesmo tempo “sem filhos”, uma vez que a maternidade adversa que protagonizam as distancia da vivência de uma maternidade saudável e provida dos atributos “ideais”. Por fim, o terceiro grupo diz respeito a um contingente impossível de ser mensurado, pois o segredo e a clandestinidade não permitem. Ainda assim, o esforço militante das feministas permite vislumbrar sua existência e persistência. A despeito das diferenças, encontramos neste universo feminino plural o engajamento e a luta por direitos, os quais partem de questões particulares, mas convergem para um elemento unificador.

Contextualizando

As mulheres são historicamente e, mesmo em diferentes abordagens analíticas, vinculadas à ideia de reprodução e do cuidado da casa, enquanto aos homens caberia o universo produtivo. Dicotomias como natureza e cultura, público e privado intensificam este argumento e foram responsáveis por inúmeros postulados que buscam justificar papéis sociais e comportamentos considerados adequados para homens e mulheres.

Neste sentido, uma vez que aos homens se voltariam atividades vinculadas à produção e, portanto, às decisões em âmbito público, às mulheres restaria o universo privado e responsável pela reprodução, especialmente a da espécie, uma vez que a maternidade se colocaria como função e destino. Mas o trabalho não se esgotaria aí... Além da reprodução propriamente dita, às mulheres ficariam os cuidados com a prole e a casa, o que se desdobraria em anos de trabalho. Trabalho que, além de não remunerado, seria desqualificado perante as atribuições masculinas, consideradas mais importantes.

Neste sentido, podemos nos lembrar das reflexões tecidas por Agnes Heller (2008), que ressaltam que a vida cotidiana pode levar ao afastamento das esferas da política e do

poder, alienando-se. Ou seja, em nossa análise as mulheres mais imersas na vida cotidiana podem ter maior dificuldade em elevarem-se da simplificação da cotidianidade e suas ultrageneralizações, de forma a desenvolver consciência da sociedade em que vivem e das possibilidades de fazer escolhas, aceitando ou negando os fatos de seu mundo.

... a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada a alienação. Mas não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Neste caso, a condução da vida torna-se representativa, significa um desafio à desumanização, como aconteceu no estoicismo ou no epicurismo. Neste caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política. (HELLER, 2008: 61)

É na esfera do cotidiano que a dicotomia trabalho produtivo *versus* reprodutivo atinge ampla evidência, uma vez que as atividades relacionadas ao universo do cuidado e do ambiente doméstico não são computadas numericamente, nem tampouco consideradas no âmbito da economia da sociedade.

Quando se trata dos trabalhos realizados na esfera da produção, mas que não são contabilizados na população economicamente ativa, as mulheres são ampla maioria, e o hiato de gênero é claramente desfavorável a elas. A economia do cuidado envolve a criação e a guarda dos filhos, a atenção com parentes idosos ou com necessidades especiais, as atividades de educação, saúde e dos afazeres domésticos, assim como a convivência das pessoas que cuidam umas das outras e do ambiente natural. Desta forma, da economia do cuidado depende toda a reprodução humana e, portanto, a própria existência da produção e do mercado. (ALVES, CAVENAGHI, CARVALHO, SOARES, 2017: 40)

A busca pela origem das desigualdades sociais envolveu uma profunda reflexão acerca da opressão. Neste sentido, não foi difícil reconhecer que dentre os grupos marcados pelas mais amplas restrições, as mulheres se apresentavam historicamente cerceadas por impedimentos e obrigações que se diferenciavam das direcionadas aos homens.

Em que pesem as diferenças físicas observáveis entre mulheres e homens, de onde advém grande número de postulados que se dedicam a justificar a inferioridade feminina, também as experiências vivenciadas pelas mulheres guardavam elementos que intensificavam as desigualdades de tratamento e *status* para cada grupo. A maternidade, neste sentido, é componente fundamental, uma vez que implica o distanciamento das grávidas da vida pública ao menos no período de gestação e aleitamento.

Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa. Afinal, esse poder sobre os costumes não é o essencial? Muitas mulheres pensam assim, e esta é uma das razões de seu relativo consentimento.

Mas essa aparente simplicidade embaralha-se pela imbricação das fronteiras. As mulheres circulam pelo espaço público, aonde as chamam suas funções mundanas e domésticas. (PERROT, 1998: 10)

Durante muito tempo, esta foi condição quase permanente de muitas mulheres, tendo em vista a precariedade de métodos contraceptivos, o que não impedia que outros menos “ortodoxos” fizessem parte da realidade. O aborto e o infanticídio, práticas mais comuns do que muitos gostariam, fizeram parte da história da humanidade e garantiram algum controle sobre a natalidade.

Pelo menos até o século XVIII somente as mulheres tinham total controle sobre as gestações, algo que mudou substancialmente com os avanços na medicina, que “separaram mãe e feto” (GALEOTTI, 2007). A partir de então, gradativamente os saberes sobre o corpo e a saúde da mulher foram se deslocando para o universo masculino, cujo poder se tornou intenso e incontestável posteriormente. As questões religiosas também merecem destaque na medida em que justificam e inflam tal poder, garantindo a soberania masculina e as desigualdades entre homens e mulheres.

Algo parecia mudar quando do advento da ideologia socialista, cuja preocupação primordial versava sobre a superação das desigualdades de classe. O século XIX foi, portanto, o cenário para tais discussões que, como aponta Engels, deveria considerar as mulheres como integrantes da transformação social desejada.

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na História coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1984: 70, 71)

Ainda que a colocação de Engels, pioneiro dentre os marxistas, soe como positiva, seria necessário muito mais que constatações e ideias. Seria preciso colocar em prática atitudes que permitiriam às mulheres o acesso à igualdade. O autor indica caminhos possíveis, pautados na concepção de integração às atividades produtivas, acoplada à transformação da família monogâmica.

De igual maneira, o caráter particular do domínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então, é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. (ENGELS, 1984: 80, 81)

A conquista do socialismo onde este sistema político pode ser experienciado, contudo, revelou dilemas que os escritos não previam. Teoria e prática, que se apresentavam como duas faces de um mesmo movimento se distanciaram ao menos no que tocava a questão feminina. Na organização das conquistas dessa sociedade prioridades de política econômica foram feitas e a luta pela igualdade de direitos para as mulheres foi

compreendida apenas no âmbito da inserção no trabalho. Afinal, para garantir as mudanças propostas, seria preciso contar com a adesão e ativismo de todos quantos desejassem a transformação social neste aspecto, incluindo mulheres e homens. No entanto, o ingresso das mulheres no setor produtivo não significou a divisão das responsabilidades familiares, de modo que além da gravidez e aleitamento, as mulheres mantiveram a preponderância nos cuidados com as crianças e sua educação, acrescidos do trabalho doméstico. Mesmo com a diminuição do número de filhos, os encargos com seus cuidados continuaram sendo conferidos às mulheres.

Na medida em que a família tornou-se menor, cada criança adquiriu maior importância; o ato atual de reprodução ocupa cada vez menos tempo e o processo de socialização e nutrição aumenta ponderavelmente em significação. [...] A responsabilidade última deles está com a mãe. Assim, o papel “maternal” da mãe recuou, enquanto seu papel socializante aumentou. (MITCHELL, 2006: 220)

O problema, identificado por mulheres marxistas, acionava a necessidade de complexificar as relações sociais, não apenas no âmbito do trabalho, mas da vida doméstica. Algo que desde o princípio não foi compreendido pelos homens como digno de nota, como indica a fala da ativista Alexandra Kollontai, citada pela também marxista Zuleika Alambert.

Mudem-se as estruturas, substituam-se as velhas relações de produção por formas novas que desobstruam o caminho para o avanço das forças produtivas, substitua-se a sociedade burguesa pela socialista e encontraremos unidos para isso todos os revolucionários. Mas, no momento em que se trata de romper com a velha mentalidade patriarcal pela qual a mulher é um simples brinquedo de homem, então todos os revolucionários se unem em defesa dos mais terríveis preconceitos, dos mais arcaicos costumes, das mais caducas tradições, como qualquer burguês reacionário. (KOLLONTAI Apud ALAMBERT, 1986: 69, 70)

Enquanto Alexandra Kollontai viveu o socialismo e a Rússia revolucionária, participando ativamente de sua implementação, Zuleika Alambert elaborou suas reflexões no Brasil da segunda metade do século XX, marcado pela intensificação dos movimentos sociais em combate à ditadura civil-militar. A despeito das distâncias físicas e temporais, a luta de ambas versa sobre a questão feminina, não superada em nenhum dos contextos em questão. E porque não dizer, reflete-se nas lutas das narradoras das presentes pesquisas. Mesmo assim, Alambert reforça a importância do marxismo.

Portanto, insistimos, de modo algum podemos contrapor a luta de classes à luta dos sexos. O fundamental é descobrir no geral e em cada caso e situação concreta os vínculos dialéticos entre a luta pela superação da sociedade de classes e a luta pela libertação da mulher. (ALAMBERT, 1986: 119)

O ímpeto em conciliar a luta de classes e a luta pela libertação das mulheres é marca persistente entre as mulheres marxistas, o que não se pode afirmar em relação aos

marxistas em geral, especialmente os homens que identificaram em muitos momentos tais demandas como secundárias ou mesmo insignificantes perante a urgência de superar as desigualdades promovidas pelo capitalismo.

Nos anos 1980 e 1990, a luta de classes é relida pela renovação dos movimentos sociais e do sindicalismo, que passam a abraçar novas causas como a ecologia e as questões de gênero. Assim, o MST vivenciou e incorporou essas questões. Desde a década de 1970 vimos surgir nos ativismos contemporâneos a organização de grupos de convivência que possibilitaram o surgimento de novos movimentos feministas em sua “segunda onda”. Dentre essas novas lutas, seus fluxos e refluxos, podemos indicar o movimento das mulheres em torno da apropriação de seu corpo.

No Brasil, as especificidades dos movimentos feministas estão relacionadas ao ambiente político marcado pelo regime ditatorial, aspecto que mobilizou diferentes segmentos de mulheres a se dedicarem a demandas que, embora não se opusessem, demarcavam elementos considerados “gerais” e “específicos”. No que diz respeito aos primeiros, havia convergência com a agenda partidária dos grupos de esquerda, dos quais muitas militantes feministas faziam e fazem parte. Trata-se de uma luta pela superação do estado de exceção e reconquista da democracia, o que ainda previa o embate contra as desigualdades de classe social, que via no capitalismo o principal entrave para a conquista de direitos. O segundo grupo, ocupado com as demandas “específicas”, tinha como foco as questões “femininas” por excelência, já que centralizavam o interesse pelo universo íntimo e da vida privada, englobando a sexualidade, a violência doméstica e os direitos reprodutivos. Ainda que não fossem excludentes, as diferentes demandas acabaram por estimular debates e cisões entre as mulheres militantes.

Na década de 1980, assim como observado em relação aos movimentos sociais de maneira ampla, houve uma reorganização das prerrogativas e expectativas relativas aos movimentos de mulheres e feministas, em que conquistas puderam ser observadas, assim como novas indagações que apontariam para o futuro da militância.

O movimento de mulheres, unido quando o inimigo era a ditadura militar, ao recobrar o espaço democrático começou a se indagar: quem são as feministas? Qual a influência da condição de classe sobre as demandas das mulheres? Há objetivos diferenciados entre mulheres de diferentes etnias? Qual o melhor caminho para a reorganização partidária? Como combinar as várias tendências de esquerda? Como conciliar as bandeiras feministas e as opções religiosas? (BLAY, 2017: 86)

Embora não haja consenso sobre a união dos movimentos de mulheres frente à ditadura, as perguntas colocadas por Eva Blay são significativas e reveladoras a respeito dos avanços das discussões feministas, que passaram a envolver as interseccionalidades, ou seja, aspectos que singularizam as mulheres para além do essencialismo inicial que as unia sob a condição universal de Mulher. Questões de classe, etnia, orientação política, religiosa e sexual são fundamentais nas discussões atuais sobre as quais se debruçam os movimentos feministas.

O marxismo é indubitavelmente cerne formador de opiniões, atitudes e transformações. Mulheres e homens construíram em seu seio o germe para a produção de conhecimentos e de militância que se desdobrou em tantos espaços em mudanças substanciais ao menos no debate público. Ainda que as desigualdades sociais não tenham sido definitivamente

suprimidas, a luta desempenhada pelos movimentos sociais garantiu espaços de discussão e mudanças na sociedade contemporânea.

Mas onde fica ou ficou a demanda feminina, desde os primórdios indicada e ao longo do tempo complexificada?

As pesquisas: luta pela terra, luta pelo corpo

Pretende-se, através da análise de nove entrevistas, problematizar este lugar estipulado para o cotidiano feminino e este estatuto de reprodutoras destinado às mulheres, apontando novas possibilidades de interpretar sua experiência no âmbito de movimentos sociais organizados como o MST e os movimentos de mulheres. Até que ponto a ideia de reprodução pode ser considerada inferior no âmbito de nossa sociedade? De que maneira as mulheres, agentes de suas histórias, são produtoras tanto no que diz respeito ao trabalho quanto na elaboração de discursos e ações transformadoras e desconstrutoras de estigmas que intensificam as desigualdades de gênero?

Nosso primeiro ponto de parada é a pesquisa sobre o MST. Nas entrevistas realizadas com mulheres e homens foi possível observar, para além de diferenças nas atribuições em comparação com os homens, o empenho na mesma luta, pelo direito à terra, tendo em vista seu potencial produtivo tanto de gêneros alimentícios fundamentais para a manutenção da vida quanto de discursos que se projetam para uma sociedade que supere as desigualdades de classe. Neste sentido, cabe identificar quais as especificidades do discurso feminino, bem como as disparidades existentes no interior do movimento no que tange às demandas particularmente femininas.

Tais disparidades são descritas pelos próprios homens, na medida em que o movimento social passa a incorporar preocupações em equiparar a participação de mulheres e homens na luta:

Quando a gente fazia uma mobilização do Movimento Sem Terra com 100 pessoas, ia 10 mulheres e 90 homens. Hoje é diferente. Olhando a lista tem quase quatro mil mulheres aqui [na marcha nacional]. É uma alegria muito grande. Qual era a função da mulher no início do Movimento Sem-Terra? A gente achava que a mulher tinha de ir para mobilização para cozinhar. A mulher tinha de ir para tomar conta da bolsa do marido. Hoje é diferente. A mulher tem a mesma função que nós temos. Essa questão de gênero a gente está tomando pesadamente, que o homem tem que ir para cozinha. Ou seja, se tiver 100 pessoas para cozinhar para esses dez mil, 50 tem que ser homem e 50 mulher. Isso vem trabalhando e cada dia a gente vai vendo a mudança. (Aquiles, In: RIBEIRO, 2007: 69)

Durante a pesquisa de campo notou-se que mesmo crescendo o número de mulheres participantes, no total as mulheres participavam em menor número da marcha. Ao conversar com alguns militantes percebeu-se que isso é algo comum em manifestações em geral, e que o aumento da participação feminina é uma preocupação dos organizadores desses eventos. Mesmo assim, em conversas informais, a única explicação apresentada era que as mulheres, na maior parte das vezes, são as responsáveis pelos cuidados com os filhos, e por isso têm menor liberdade para deixar o lar. Mas a partir de nossas experiências de pesquisa foi possível perceber que existem outras questões que limitam a participação feminina. As especificidades do corpo, da

fisiologia ou da condição feminina – por exemplo, o período menstrual, de gravidez e aleitamento – somam-se à insuficiência de instalações sanitárias e estruturas de saúde e desencorajam as mulheres a se fazerem mais presentes.

A maioria dos militantes que estão aqui era tudo solteiro, agora é tudo casado. Algumas tarefas a gente está tentando encaixar as mulheres na organização. Porque minha mulher e as outras companheiras que são casadas gostam de contribuir também na luta. Em alguns trabalhos de base, nos assentamentos nós levamos elas para puxar a organização dos grupos de mulheres na região. Só não podemos trazer para marcha porque elas estão gestantes. Minha mulher está com seis meses. Estou ansioso para voltar. (Ronaldo, In: RIBEIRO, 2007: 123)

Nas falas das mulheres as preocupações se amplificam especialmente no que diz respeito à ideia de cuidado:

Uma mudança que acho importante no Movimento é que se for pegar os companheiros mais antigos, muitos não tinham esse cuidado com a família em si. Porque de fato, tinha que andar para um lado, para o outro. E hoje a gente vê mais preocupação do Movimento, das lideranças, da gente ter um espaço para a família, para cuidar dos filhos, porque são eles os continuadores da história, os sem terrinha. (Elizandra, In: RIBEIRO, 2007: 105)

Ao mesmo tempo, podemos registrar nas narrativas dessas mulheres o respeito a uma luta que começou mesmo antes delas. Ana Paula nos narrou a história de sua mãe para dar conta da sua própria:

Minhas irmãs e meu irmão cuidavam de mim. Minha mãe tinha muita dificuldade porque começou a luta dela. Ela gostava muito de participar da Igreja. Meu pai é MUITO fechado e muito machista! Não queria, de jeito nenhum, que ela participasse. E ela teve iniciativa. Disse “é isso que eu quero” e começou a se engajar na Igreja. Daí começa a trajetória dela. [...] E meu pai passou uns dois anos em São Paulo. Mas minha mãe continuou estudando. Todo sábado, ela tinha que pagar passagem para ir até a cidade fazer as provas. Ela estudava a semana inteira e no sábado ia fazer as provas daquele conteúdo. Então, um detalhe bem interessante é que para minha mãe para sustentar a gente e pagar essas passagens tinha que quebrar coco a semana inteira. Cuidava dos filhos, estudava e quebrava coco. A primeira professora do nosso povoado foi ela. Foi ela que deu os primeiros passos. Bem bonita a história da minha mãe! (Ana Paula, In: RIBEIRO, 2007: 36-38)

As mães são referências importantes para essas mulheres do campo que estão modificando suas relações de gênero. Elizanda conta de sua mãe, relacionando-a a uma luta antiga:

Nesse período, ela [minha mãe] deixou a gente em Douradina. Vinha no final de semana só. Deixou de dar aula. Contribuía no acampamento no Setor de Saúde e de higiene. Ela sempre trabalhou nessa questão das mulheres. Era do movimento de mulheres do Estado. Já tinha trabalhado

nessa questão do remédio homeopático, antes de entrar para o Movimento. (Elizandra, In: RIBEIRO, 2007: 94)

Em pesquisas que entrevistaram homens e mulheres, talvez seja importante pontuar questões sobre a situação de entrevista. Mulheres e homens narram diferente: diferentes temas de diferentes modos. Sendo assim, é possível afirmar que a narrativa tem gênero. Uma das grandes diferenças é que mulheres incluem de maneira mais forte em seu narrar o tema família. Fazem críticas ao modo como se estrutura o movimento em torno da questão de gênero de maneira mais evidente. Enquanto os homens falam mais sobre a produção e seus trabalhos de mobilização.

A historiadora Valerie Raleigh Yow (2005) lembra as diferenças entre masculino e feminino na narrativa. Segundo ela os homens são mais assertivos, e não têm medo de afirmar sua vocação ou força. Já mulheres costumam dar mais “voltas” para dizer algo sobre si mesmas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de suas profissões e habilidades.

Corpo e maternidade

Parte das mulheres inspiradas pelo marxismo acabaram por romper os laços iniciais militantes para se dedicarem a uma nova forma de luta: o feminismo. Certamente as bases teóricas persistem, mas foi necessário construir um espaço novo, no qual as singularidades vivenciadas pudessem ganhar voz.

Segundo Hall, o feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico.

- Questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. O slogan do feminismo era: “o pessoal é político”.
- Abriu a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, cuidado com as crianças etc...
- Enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (homens\mulheres\mães\pais\filhos\filhas).
- Expandiu-se para a formação das identidades sexuais e de gênero. Questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual. (HALL, 2005: 45)

No estudo sobre o aborto no Brasil foram ouvidas experiências de 16 colaboradores, sendo 13 mulheres e três homens. Neste universo de narrativas, duas revelam aspectos que se voltam para os dilemas do feminismo na vida de mulheres que vivenciaram abortos induzidos ou que se manifestam publicamente sobre o assunto.

Amelinha Teles, conhecida e reconhecida por seu ativismo, tece uma história rica em detalhes. O comunismo que lhe identifica norteou muitos momentos de sua trajetória. A luta de classes certamente ponto de partida do envolvimento com movimentos sociais e partidos políticos permanece candente, mas foi ressignificada pela realidade vivida e sentida no contato com outras mulheres, donde o feminismo desponta como lugar de chegada.

Fizemos o primeiro jornal feminista, o Brasil Mulher, que vai lutar pela Anistia, de 1975 a 1980. Isto fazia parte do meu compromisso com o feminismo. Com a reorganização partidária, as mulheres vão preferir atuar nestes partidos ao invés de investir na imprensa feminista, que acaba por terminar.[...] Entretanto, muitas outras mulheres continuam precisando de organizações. É neste contexto que criamos, em 1981, a União de Mulheres. Neste momento, surgem várias organizações feministas autônomas no Brasil e na América Latina. Era uma necessidade de ter espaço para a reflexão, para a ação, o estabelecimento de pautas e plataformas de luta. Antes disso, participei do Brasil Mulher e do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, um encontro feminista onde foi discutida a questão da sexualidade, do direito de ter ou não filhos, a questão do aborto, do trabalho feminino, principalmente do assédio sexual, mas também da desigualdade salarial, enfim, essas coisas todas. Uma das questões mais fortes foi a das creches! Fui uma das lideranças do movimento de creche porque me identifiquei com aquelas mulheres. Sempre tive filhos e não sabia onde colocá-los. Por isso me identifiquei e, então, fizemos a luta pelas creches.[...]Na União de Mulheres tinha muita gente que além da luta por creches queria fazer outras discussões como sobre o aborto, violência, sexualidade, licença-maternidade e outros assuntos. (Amelinha, In: EVANGELISTA, 2017)

Como relata Amelinha, nem todas as mulheres abdicaram da luta partidária. As que assim fizeram passaram a se dedicar à demanda das mulheres e, posteriormente, ao feminismo. Neste sentido, a militância no feminismo se manifesta em grande medida nas atividades desempenhadas na imprensa feminista e, sobretudo, na associação União de Mulheres. Em ambos os casos, as demandas estão fortemente ligadas à questão da maternidade e seus desdobramentos, como a luta por creches, o acesso a métodos contraceptivos eficientes, os direitos sexuais e reprodutivos, em que pesa significativamente o direito ao aborto.

Importa ainda considerar o alcance do debate sobre as desigualdades sociais em ambientes que fogem das fábricas e campos e se estende para contextos diversos como o religioso. A Teologia da Libertação, neste sentido, ganha espaço no seio da Igreja Católica que, diante das situações adversas dos regimes autoritários latino-americanos, ofereceu condições para problematizar as desigualdades sociais pautadas pelas doutrinas religiosas revisitadas, sobretudo, pelo marxismo.

Yury, uma das colaboradoras da pesquisa sobre aborto, faz parte do grupo “Católicas pelo direito de decidir”, reconhecido por sua militância no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda que o grupo em sua denominação se afirme católico, cabe indicar seu viés revolucionário em termos dogmáticos.

Minha adolescência foi marcada pela Teologia da Libertação, uma corrente ideológica que surgiu no campo do catolicismo e tinha um compromisso frente à situação de injustiça social, exclusão e pobreza, especialmente dos países do Terceiro Mundo. As igrejas se comprometeram a fazer uma leitura

diferente da tradicional e criaram uma proposta pelos pobres, em que se fazia uma análise da realidade iluminada por teorias sociais, principalmente o marxismo, que analisava essa situação de pobreza e injustiça social como frutos de um modelo político-econômico injusto, que é o capitalista. (Yury, In: EVANGELISTA, 2017)

A história pessoal de Yury remete ao ambiente em que se desenvolveu a Teologia da Libertação. O movimento de inspiração marxista revela, contudo, apenas a ponta o iceberg de sua narrativa que, em função de sua observação atenta às demandas sociais, se voltou ao feminismo, mais especificamente à Teologia Feminista.

Finalmente, me encontrei com o feminismo e a teologia feminista, que é onde me situo. A Teologia Feminista, assim como o feminismo, surge na contramão. A Teologia Feminista na contramão de instituições religiosas fundamentais e na contramão de homens, em uma sociedade tanto religiosa quanto política e socialmente masculina. São séculos e séculos para desconstruir um corpo hegemônico, que faz parte do trabalho dessa corrente. Por isso, um pouco da aposta da Teologia Feminista é o fator de contribuir com a mudança dessa sociedade. (Yury, In: EVANGELISTA, 2017)

O tema do aborto desponta em sua narrativa permeado por orientações ideológicas e pessoais. Se o começo foi a luta social, o futuro se desdobrou na e pela demanda das mulheres em que o aborto figura elemento primordial.

Quando você se situa por uma ética que coloca como centro os seres humanos, não tem como negar a possibilidade de que uma pessoa seja livre para, em consciência, decidir alguma coisa sobre sua vida. O aborto se encaixa nisso porque se você é uma pessoa autônoma, livre, com capacidade de decidir, por que vou negar essa possibilidade a você? Que exerça sua liberdade, sua autonomia, seu poder de decisão frente a qualquer circunstância da vida! [...] O desafio maior é oferecer possibilidades para que as pessoas tenham informação e possam escolher da melhor maneira possível, façam uma boa escolha. (Yury, In: EVANGELISTA, 2017)

Além da importância da Teologia da Libertação na experiência pessoal de Yury, o ponto crucial de sua atuação está vinculado à teologia feminista, de modo que a atividade no grupo “Católicas pelo direito de decidir” materializa a luta em movimento social organizado pautado por fortes bases teóricas e, sobretudo, ações que buscam viabilizar transformações no que diz respeito às desigualdades de gênero que marcam nossa sociedade.

Nas duas narrativas indicadas podemos notar a indiscutível atividade intelectual de mulheres militantes que são produtoras e disseminadoras não somente de um discurso libertário para as mulheres, mas de ações que desconstruem a ideia de papéis sociais estagnados para mulheres e homens. Ao desempenharem um debate sobre os direitos reprodutivos, representam tantas outras que, diante de questões como a maternidade e o aborto, buscam a liberdade de existir para além do universo da reprodução da espécie. A

luta pelo direito ao corpo, neste sentido, reelabora um universo simbólico a partir do qual é fundamental problematizar experiências longamente vinculadas às mulheres como algo inexorável e apontar novos horizontes que os movimentos sociais organizados ligados ao feminismo contribuem de maneira central.

A questão da reprodução, especialmente a experiência da maternidade, no entanto, encontra desdobramentos que vão além e resvalam na vivência cotidiana de ser mãe. O direito a uma maternidade saudável, que podemos vislumbrar na luta por creches desempenhada no início do movimento de mulheres no Brasil, em momento mais recente pode ser contemplado em outras direções.

O trabalho realizado com mães de jovens em conflito com a lei, cuja discussão se ampara no que seria uma “maternidade adversa” denota a necessidade de abordar tal experiência de forma plural. Se o destino das mulheres é serem mães, estas mulheres cumpriram sua tarefa. Mas e depois? Caso as condições materiais não permitam que se dediquem exclusivamente aos cuidados dos filhos e os equipamentos públicos não deem conta de garantir os direitos de cidadania a famílias espoliadas pelo sistema capitalista, as contradições se tornam a regra do jogo.

O envolvimento de adolescentes com atos infracionais e sua conseqüente inserção no sistema de medidas sócio-educativas de privação de liberdade revela formas não convencionais de vivenciar a maternidade. Mulheres que não tinham qualquer envolvimento com movimentos sociais se mobilizaram e criaram dispositivos de luta pelos direitos de seus filhos e de seus próprios direitos como mulheres-mães.

Das seis entrevistas realizadas no estudo em questão, quatro mulheres tinham alguma participação com movimentos de mulheres-mães, cuja luta inicial se voltava para a proteção dos filhos internos, mas que se desdobraram em demandas que atingiam as famílias de outros adolescentes, além dos seus direitos como mulheres.

Conceição Paganele, uma das colaboradoras da pesquisa, teve importante papel no início dos anos 2000 como liderança de um grupo de mães de internos da antiga Febem. Junto com outras mulheres-mães, criou a AMAR (Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco), responsável por diversas denúncias contra a violação de direitos humanos em unidades da Fundação Casa. Seu relato mostra o quanto a luta que se inicia com a situação individual pela proteção dos direitos do próprio filho se amplia para uma militância mais abrangente que envolve os direitos humanos.

Lutar por direitos humanos é difícil, você corre risco de vida e de morte, e também corre risco de ser processado injustamente. Tudo isso é doloroso, mas acho que valeu a pena. São dez anos de luta que valeram muito a pena! Nossa luta é pela mudança total da instituição, pela redução dos grandes complexos e diminuição do número de adolescentes internados por unidade. Tinha que haver outras políticas de apoio e proteção e não só de criminalização e a gente conseguiu isso. (Conceição, In: EVANGELISTA, 2015: 111)

Míriam Duarte foi uma dessas mães que deu os primeiros passos na fundação da associação. Sua atuação foi o motivo para que posteriormente viesse a trabalhar em uma unidade do CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente). Míriam teve três

filhos, todos em algum momento da adolescência se envolveram com atos infracionais. Dois faleceram ainda muito jovens, vítimas da violência que cerca o universo da juventude que vive nas periferias das grandes cidades.

Perdi meus filhos porque vivia num mundo alienada. Por causa de uma escola que só decora, não deixa pensar nem aprender. Fui criada na ditadura, vivi num mundo alienado e meus filhos também. (Míriam, In: EVANGELISTA, 2015: 133)

Nesta passagem a colaboradora deixa clara sua visão sobre a ausência do Estado em sua responsabilidade com a educação e o esclarecimento, elementos que explicam tantas vulnerabilidades, como as dela e de seus filhos. Apesar do sofrimento, seu envolvimento com o movimento de mães ofereceu novos rumos para sua trajetória.

Meu envolvimento com a AMAR começou por causa de meu filho. Eu me interessei porque fui aprendendo muita coisa mesmo, comecei a ir para Fórum, para formação, a gente ia em tudo. Nem conhecia o ECA e lá comecei a conhecer. Na AMAR fiquei de 1999 até 2004, atuando mesmo. Participei da organização no início, bem no comecinho. (Míriam, In: EVANGELISTA, 2015: 141)

A militância de Míriam passou a fazer parte de seu cotidiano e extrapolou a questão particular dos filhos

Trabalhando hoje no CEDECA, eu agradeço meus filhos! Eu penso assim: “Foi o mal do bem”, foi o mal que me acordou para muitas coisas e me ensinou muitas coisas. Ter outro olhar, ter outro ouvido... E ver as pessoas como elas são mesmo. Tem família que a gente percebe o problema na raiz mesmo, aí você tem a compreensão do porque esse menino está cometendo ato infracional. (Míriam, In: EVANGELISTA, 2015: 146)

A sensibilidade que parte do nível pessoal fortalece a identificação entre essas mulheres e outras que, como elas, iniciam sua militância a partir da vivência de uma experiência de adversidade. Há uma espécie de viragem no seu papel social que passa a ter sentido num contexto político mais amplo, comprometido com a luta por direitos de outros adolescentes, suas mães, suas famílias, enfim, por uma sociedade mais justa.

E hoje falo com todas as letras: eu não troco a minha vida de militância por nada nesse mundo! Essa é uma coisa que eu gosto de fazer. Então é muito legal quando eu lembro que sem saber de nada, talvez um pouco por ignorância, faltou ter alguém para me ensinar alguma coisa. E hoje eu posso passar alguma coisa para alguém! (Railda, In: EVANGELISTA, 2016: 313)

É nítida a mudança em sua interpretação sobre a própria experiência, assim como sua responsabilidade em compartilhar os conhecimentos que adquiriu com outras pessoas. A maternidade adversa foi a porta para uma situação de conflituosidade dos filhos adolescentes, perdas e lutos, mas também para o início de uma história de militância que tem como fim a construção de um mundo mais humanizado. Embora estas colaboradoras não se identifiquem imediatamente com movimentos feministas,

podemos verificar muitas similitudes em suas agendas. O direito ao corpo, à escolha pela maternidade, perpassa a possibilidade de viver a maternidade de maneira digna e com o respaldo de uma sociedade que assuma as responsabilidades coletivas e governamentais de garantia de direitos para todos e todas.

Considerações Finais

Os movimentos sociais contemporâneos, como procuramos demonstrar, são múltiplos em demandas e envolvimento de pessoas que a eles se dedicam. Ainda assim, é possível genderizar sua análise, ou seja, atentar para as desigualdades de gênero que mobilizam ações e discussões.

Neste artigo partimos de quatro pesquisas amparadas nos procedimentos da história oral para, por meio dos registros realizados, identificar as nuances que separam as demandas de homens e mulheres, buscando problematizar as noções de produção e reprodução, retirando-as do senso comum.

Cabe um adendo a esta reflexão. Embora possamos pensar que as mulheres do MST são “do campo” e as mães militantes e feministas são “da cidade”, não queremos dicotomizar a ponto de não ver as relações entre campo e cidade, espaços que não podem ser vistos como opostos. São, evidentemente, diferentes – de tradições e identidades distintas – mas no mundo contemporâneo não estão apartados ou isolados. Desta forma a busca por autonomia e ressignificação do papel histórico reservado às mulheres é emblema dos movimentos sociais que atuam nesses diferentes espaços. Além disso, muitas das estratégias de luta são compartilhadas e pode-se ver acontecer apoios mútuos em manifestações e ações políticas.

Mulheres Sem Terra, além de produtoras no sentido mais estrito da palavra, são também responsáveis por fazer sentir no âmbito do MST as particularidades por elas vivenciadas, assim como a necessidade de ampliar a luta pela terra. As narrativas que trilharam histórias de vida contaram sobre o cotidiano antes de entrar nos movimentos sociais (e até mesmo um caminho situado na luta social): as relações familiares, - destacando as relações de gênero -, a condição subalterna da mulher no interior da família, e a maternidade – tanto no campo, quanto na cidade -, o que permite ver aproximações.

Respeitando as diferenças desses espaços é preciso destacar que o processo de luta pela terra faz com que algumas mulheres tomem consciência das relações de gênero estabelecidas socialmente. Parte desse processo é proporcionada por encontros com outras mulheres em espaços de mobilização e formação – ocorridos muitas vezes na cidade. Tais locais são espaços de reflexão, ação, estabelecimento de pautas e plataformas. Neste processo se estabelecem laços e trocas de saberes que buscam renovar as relações pautadas por igualdade, o que muitas vezes impõe aos homens novas temáticas a serem discutidas.

Para as mulheres “da cidade” pode-se perceber o quanto a mobilização social é importante e o próprio espaço urbano é apropriado em atividades de protesto como passeatas e manifestações, situações em que são levantadas bandeiras diversas que advogam sobre as demandas das mulheres. As propostas se multiplicam e diversificam, transitando entre a busca por condições mais justas de trabalho, repúdio ao assédio sexual e à violência contra as mulheres, pela liberdade sexual e poder sobre o corpo –

em que se destaca fortemente a legalização do aborto -, e o direito à maternidade digna – em que ressaltamos os atos contra a tortura na Fundação Casa.

Os processos de identificação proporcionados pelo diálogo da luta política promovem o empoderamento dessas mulheres. Isso pode ser notado nas narrativas que apresentam a militância como formadora de si, remetendo a compromissos firmados frente à injustiça social, à exclusão, à diferença de gênero e à pobreza. É a partir daí que passam a ressignificar suas vidas e propor/fazer uma mudança social, estabelecendo relações mais autônomas, e assim modificando a concepção de seus espaços e o uso de seus corpos. Pode-se dizer, com isso, que a militância é a chave para o narrar e para o viver não subordinado.

Na relação estabelecida neste artigo, podemos dizer que a terra é por muitos compreendida como a fonte da vida, assim como o corpo da mulher. Lugar de produção e reprodução, que requer cuidados e respeito. Por que, então, as mulheres são deslocadas para um espaço de segunda categoria? Não são elas personagens centrais destes processos vitais?

É necessário relativizar posicionamentos dicotômicos que conferem atributos inflexíveis a mulheres e homens (e porque não dizer campo e cidade). Produção e reprodução são elementos que fazem parte de um mesmo todo e dependem tanto de homens quanto de mulheres.

O que buscamos apresentar nas narrativas de mulheres vinculadas a lutas mais amplas é o quanto estas estão tão imersas ao universo reprodutivo, no que tange à experiência da maternidade especialmente, quanto ao produtivo, seja por meio do trabalho diário, seja pela elaboração e difusão de discursos que visam à transformação da sociedade. E isto se dá em grande medida através da atividade desempenhada em movimentos sociais organizados que, para além das demandas “gerais”, abrem espaço para discussões sobre aspectos que dizem respeito às especificidades da experiência feminina.

Podemos organizar a reflexão tendo como foco o que seria uma luta mais geral – pela terra – em complemento a uma mais específica – pelo corpo. Na busca pelo direito à terra e ao corpo, as mulheres se encontram nas duas frentes, o que denota sua participação militante, e ajuda a desconstruir a ideia que polariza produção/reprodução, campo/cidade, natureza/cultura, público/privado.

Neste sentido, importa considerar seu ímpeto por mudanças tanto no estatuto de oprimidas e vítimas quanto na exacerbação das diferenças produzidas por tal opressão, que se expressa em demandas específicas, como as relacionadas ao direito ao corpo. O que parece uma contradição é, na verdade, a tentativa de reconstruir os papéis sociais atribuídos às mulheres e homens na sociedade contemporânea. Não seria, portanto, somente desconstruir os binarismos, mas elaborar novos paradigmas a partir dos quais surgiriam caminhos alternativos e ressignificados em relação aos comportamentos assumidos e discursos produzidos por mulheres e homens na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo – O ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. CAVENAGHI, Suzana Marta. CARVALHO, Angelita Alves de. SOARES, Maria Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). *50 Anos de Feminismo*. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017.
- BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: BLAY, Eva Alterman. AVELAR, Lúcia (Orgs). *50 Anos de Feminismo*. Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: Edusp, 2017.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 (9ª edição).
- EVANGELISTA, Marcela Boni. *Padecer no paraíso? Experiências de mães de jovens em conflito com a lei*. Salvador: Editora Pontocom, 2015.
- EVANGELISTA, Marcela Boni Evangelista. *Dilemas da (sobre)vida: o aborto*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Marieta Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, A.H., VELLOSO, M. P., PESAVENTO, S. J. (orgs.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa e 7 Letras, 2006.
- GALEOTTI, Giulia. *História do Ab()rto*. Coimbra: Edições 70, 2007.
- HALL, Stuart, at alli. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª Edição. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2010, p. 15
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia Prático de História Oral*. 2011
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Gênero*. Niterói, v.6, n.2 – v.7, n.1, p. 203-232, 1-2 sem, 2006.

- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Processos de mudança no MST: história de uma família cooperada. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2002.
- RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. Tramas e Traumas: identidades em marcha. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2007.
- YOW, V. R. *Recording Oral History: a guide for the humanities and social sciences*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press, 2005.